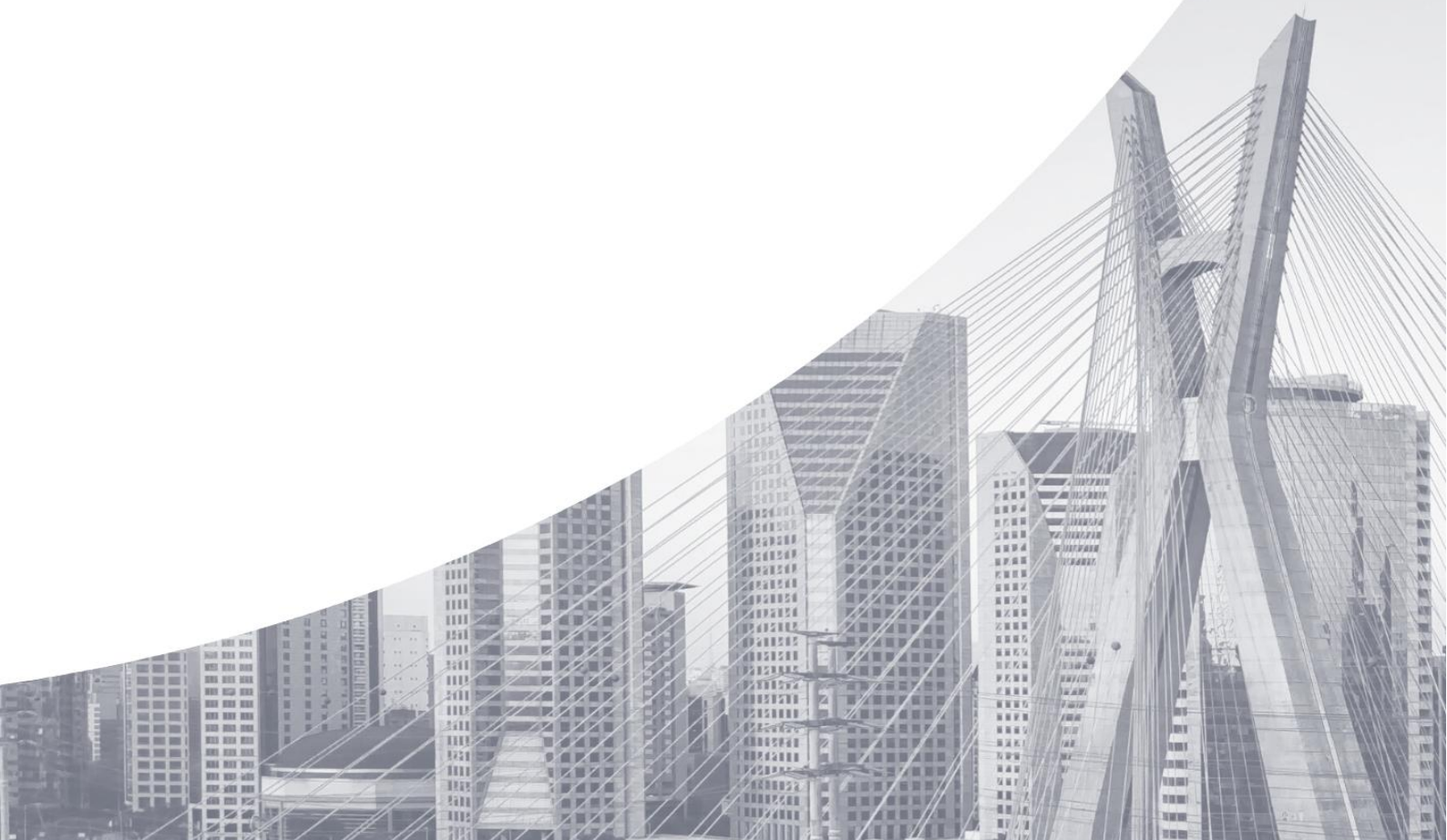




VOCE SEGURADORA S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

**Relatório da Administração e
Relatório dos Auditores Independentes**



Relatório da administração

Aos Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Você Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 2025, apuradas com base na regulamentação vigente.

A empresa: A Você Seguradora S.A., constituída em 09 de fevereiro de 2022, após autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP Nº8.016 de 10 de outubro de 2022, para operar seguros de pessoas e previdência complementar aberta, no segmento S3, em todo território nacional. Em 4 de novembro de 2025, a Você Seguradora obteve autorização para emitir apólices em Danos.

Desempenho Operacional: A Seguradora iniciou efetivamente a comercialização de Seguros em maio de 2023. No fim do exercício de seu primeiro ano, com suas operações a seguradora emitiu R\$ 1.036 mil de prêmios. Com ativos totais de R\$ 10.867 mil. No fim do exercício de 2024, em suas operações a seguradora emitiu R\$ 12.997 mil de prêmios. Com ativos totais de R\$ 16.063 mil. No fim do exercício de 2025, em suas operações a seguradora emitiu R\$ 71.355 mil de prêmios. Com ativos totais de R\$ 46.800 mil.


Política de Equidade

A Companhia pauta sua atuação pelos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, assegurando tratamento justo e isonômico a todos os acionistas e demais partes interessadas, independentemente da quantidade de ações detidas ou de sua posição societária.

A política de equidade adotada pela Companhia visa garantir que decisões estratégicas, distribuição de resultados, acesso à informação e demais direitos societários sejam conduzidos de forma imparcial, observando-se a legislação aplicável, o Estatuto Social e as melhores práticas de governança corporativa.

Nos casos em que não se aplica o tratamento idêntico entre acionistas ou partes relacionadas — em razão de direitos específicos previstos em acordo de acionistas, classes distintas de ações ou exigências regulatórias — a Companhia assegura que tais diferenciações estejam devidamente fundamentadas em dispositivos legais ou estatutários, sendo divulgadas de maneira clara e transparente, de forma a preservar o equilíbrio de interesses e a integridade do ambiente societário.

A Administração reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente ético, inclusivo e alinhado aos princípios de boa governança, buscando continuamente aprimorar seus mecanismos internos de controle e conformidade.



Agradecimentos: Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle, pelas orientações e atenção prestadas à Você Seguradoras S.A.

São Paulo / SP, 28 de fevereiro de 2026.

A Diretoria.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
VOCÊ SEGURADORA S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **VOCÊ SEGURADORA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **VOCÊ SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela

Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2026.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-O

**LUIZ FERNANDO
SILVA
SOARES:171269
91053**

Assinado de forma
digital por LUIZ
FERNANDO SILVA
SOARES:17126991053
Dados: 2026.02.28
12:56:06 -03'00'

Você Seguradora S.A.

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em
31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2025	2024
CIRCULANTE		44.020	16.060
DISPONÍVEL		68	1.534
Caixa e Bancos	5	68	1
Equivalentes de caixa	5	-	1.533
APLICAÇÕES		24.496	11.015
Aplicações	6	24.496	11.015
CRÉDITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO		4.459	846
Prêmios a receber	7	4.459	766
Outros Créditos Operacionais		-	80
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.895	1.872
Créditos tributários e previdenciários	8	1.895	914
Adiantamentos		-	318
Outros Créditos		-	640
DESPESAS ANTECIPADAS		80	-
Despesas Operacionais		80	-
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		13.022	793
Custo de Aquisição	9	13.022	793
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.780	3
IMOBILIZADO	10	2.780	3
Móveis e Utensílios		3	3
Máquinas e Equipamentos		22	-
(-) Depreciação / Amortização		(1)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.956	-
Direitos de Uso		800	-
TOTAL DO ATIVO		46.800	16.063

Você Seguradora S.A.

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em
31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2025	2024
CIRCULANTE		32.995	6.522
CONTAS A PAGAR		702	811
Obrigações a Pagar	11a	310	6
Imposto Sobre Operações - IOF	11 b	-	3
Impostos e encargos Sociais a Recolher	11 b	379	8
Encargos trabalhistas	11b	13	-
Impostos e Contribuições	11 b	-	113
Dividendos a Pagar		-	640
Outras Contas a Pagar	11a	-	41
DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO		98	46
Corretores de seguros	12	98	46
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		1.231	-
Prêmios e Emolumentos Recebidos	13	1.231	-
PROVISÕES TÉCNICAS		30.964	5.665
Provisões Técnicas	14	30.964	5.665
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		640	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		640	-
Aluguéis a Pagar	16	640	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.165	9.541
Capital Social	17	9.500	9.500
Aumento de Capital (em aprovação)	17	2.685	-
Reserva Legal	17	88	41
Reserva de Lucros	17	-	(857)
Lucros/Prejuízos Acumulados	17	892	857
TOTAL DO PASSIVO		46.800	16.063

Você Seguradora S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em

31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
Prêmios emitidos	18	71.355	12.997
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	18	(25.078)	(3.724)
(=) Prêmios ganhos		46.276	9.273
(-) Sinistros ocorridos	18	(293)	(1.095)
(-) Custo de aquisição	18	(37.815)	(5.366)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	18	(1.997)	(101)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(5.218)	(2.066)
(-) Pessoal Próprio	18	(441)	(99)
(-) Serviços de Terceiros	18	(1.790)	(1.451)
(-) Localização e Funcionamento	18	(1.307)	(470)
(-) Publicidade	18	(1.567)	(46)
(-) Despesas Administrativas Diversas	18	(113)	-
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS		(2.716)	(714)
(+) RESULTADO FINANCEIRO		3.340	1.237
(+) Receitas Financeiras	18	3.350	1.237
(-) Despesas Financeiras	18	(10)	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL		1.578	1.168
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.578	1.168
(-) Imposto de Renda	15	(371)	(180)
(-) Contribuição Social	15	(242)	(131)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		965	857
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		9.500.000	9.500.000
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,09	0,09

Você Seguradora S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em
31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	965	857
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	-	-
Total Resultado Abrangente do Exercício	965	857

Você Seguradora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento Capital	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Lucro / Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 1 de janeiro de 2024	9.500	-	385	20	(581)	9.324
Reserva Legal	-	-	-	(20)	20	-
Reserva de Lucros	-	-	(385)	-	385	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(640)	(640)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	41	(41)	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	857	857
SALDOS EM 31 de dezembro de 2024	9.500	-	-	41	-	9.541
Aumento Redução de Capital (em aprovação)	-	2.684	-	-	-	2.684
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	47	(47)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(26)	(26)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	965	965
SALDOS EM 31 de dezembro de 2025	9.500	2.684	-	88	892	13.164

Você Seguradora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	965	857
OUTROS AJUSTES - Imposto de Renda e Contribuição Social	613	311
VARIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS		
ATIVOS FINANCEIROS	(13.480)	(335)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS	(3.620)	(741)
CRÉDITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(980)	(909)
DESPESAS ANTECIPADAS	(80)	-
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	(12.229)	(789)
OUTROS ATIVOS	932	(957)
FORNECEDORES	43	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	267	109
OUTRAS CONTAS A PAGAR	(421)	646
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	52	(78)
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	1.239	(88)
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	25.300	4.776
OUTROS PASSIVOS	640	(426)
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES	(759)	2.376
IMPOSTOS SOBRE LUCROS PAGOS	(613)	(311)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.372)	2.065
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.778)	(3)
IMOBILIZADO	(2.778)	(3)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.778)	(3)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	2.684	(640)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	(640)
AUMENTO DE CAPITAL	2.684	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.684	(640)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.466	1.422
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.534	112
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	68	1.534

VOCÊ SEGURADORA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

Contexto operacional: A Você Seguradora S.A., constituída em 09 de fevereiro de 2022, após autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP Nº8.016 de 10 de outubro de 2022, para operar seguros de pessoas e previdência complementar aberta, no segmento S3, em todo território nacional. Suas demonstrações contábeis foram apresentadas à Diretoria e aprovadas para divulgação em 28 de fevereiro de 2026.

1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor.

1.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e Circular SUSEP n.º 710/2024, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 28 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP n.º 648/21, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

1.2 Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo;

1.3 Continuidade: Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais

exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

1.4 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

1.5 Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

1.6 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2025, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros

O CPC 50, correspondente à IFRS 17 – Contratos de Seguros, estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Seu objetivo é assegurar que a entidade forneça informações relevantes e que representem fidedignamente esses contratos, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos dos contratos de seguros sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023.

Contudo, até a data-base destas demonstrações financeiras, a norma ainda não foi referendada pela SUSEP, razão pela qual seus efeitos ainda não foram refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O CPC 51, correspondente à IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis, substituirá a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A nova norma introduz novos subtópicos e estabelece três categorias para classificação de receitas e despesas na demonstração do resultado: operacional, investimento e financiamento. Adicionalmente, requer divulgações específicas relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

A Administração está avaliando os possíveis impactos de sua adoção e, se aplicável, os efeitos serão divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2027.

Lei Complementar nº 214/2025 – Reforma Tributária sobre o Consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, no contexto da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo.

A referida lei institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), representando marco relevante no processo de reformulação do sistema tributário brasileiro incidente sobre o consumo.

A Administração está avaliando os possíveis impactos da referida legislação sobre suas operações e sobre as demonstrações financeiras.

Lei nº 15.040/2024 – Lei do Contrato de Seguro

A Lei nº 15.040/2024, conhecida como Marco Legal dos Seguros, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024, com vigência a partir de dezembro de 2025. A referida legislação estabelece normas gerais aplicáveis aos contratos de seguros privados, instituindo um marco regulatório próprio para o contrato de seguro no Brasil, com o objetivo de ampliar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos segurados e beneficiários.

Entre os principais aspectos introduzidos pela nova legislação, destacam-se:

- Prazos para Regulação de Sinistros: estabelecimento de prazo de 30 dias para que a seguradora se manifeste quanto à cobertura, contado da entrega da documentação necessária, podendo sua inobservância acarretar aceitação tácita ou aplicação de penalidades, conforme regulamentação aplicável;
- Transparência e Dever de Informação: reforço quanto à necessidade de redação clara e destacada das cláusulas restritivas de direitos, bem como exigência de fundamentação técnica adequada para eventual negativa de cobertura;
- Gestão de Sinistros: definição de critérios relacionados à solicitação de documentos complementares e à suspensão de prazos, com o objetivo de conferir maior previsibilidade e celeridade ao processo de regulação;
- Governança e Conformidade: necessidade de adequação de processos internos de subscrição, regulação e controles, com vistas à mitigação de riscos regulatórios, administrativos e de responsabilidade civil perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A Administração está avaliando os impactos operacionais decorrentes da referida legislação. Até a data-base destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos quantitativos relevantes que afetem os valores apresentados.

2. Resumo das principais práticas contábeis:

2.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com

vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

2.2 Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e recebíveis.

3.3 Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4 Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5 Benefícios a empregados: Ao fim do exercício de 2025, a companhia apresentava registro de colaboradores no seu quadro de funcionários, porém não aplicou o CPC 33 no que tange o programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo. A companhia utiliza estrutura compartilhada e mantém contratos com fornecedores especializados para suporte nas operações da seguradora.

3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2025 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7 Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

3.8 Receitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado

pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9 Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3.10 Circulante e não Circulante: As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

3.10.1 Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e Circular SUSEP nº 710/2024, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir da aplicação de testes para obtenção dos valores efetivamente observados, vigentes e emitidos em atraso.

(ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data de cálculo. Os valores provisionados são calculados a partir de estimativa de pagamento dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção da melhor estimativa de ajuste.

(iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações de cálculo. Para o cálculo, são utilizadas premissas de mercado para os ramos de operação, em virtude da Seguradora ainda estar no início das suas operações.

(iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL.

(v) A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de devoluções de prêmios pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção.

3.11 Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Conforme previsto nos normativos em vigor, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa de cumprimento dos contratos até a data-base de cálculo, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, conseqüentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou.

- Principais premissas adotadas:

Sinistralidade: para a apuração das estimativas de sinistros, adotou-se as taxas de sinistralidade extraídas do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), considerando-se a experiência de todas as supervisionadas no período dos últimos 24 meses, igual a 36,3%

Taxa de Juros e índice de preços: Aplicou-se o novo modelo de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco, disponível a partir de jan/2022, para apuração

do valor presente dos fluxos de caixa, para o segmento de Pessoas, aplicou-se a a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP.

Despesas administrativas: Foram projetadas com base no histórico das despesas administrativas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base).

Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP não indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar. Por fim, informamos que não se identificou valor de “Mais Valia” para o período.

Grupo	VP fluxos de caixa	Provisões técnicas	CAD	Resultados
PPNG	16.316	29.546	13.022	(208)
PSL, IBNR, PDR	1.401	1.409	-	(8)
PVR	-	-	-	-

3.12 Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em alguns de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa do impacto de aumento de sinistralidade em sinistros ocorridos (incluindo os sinistros IBNR) e nas despesas administrativas, agravando as rubricas de Sinistros Ocorridos e das Despesas Administrativas, pois este é o indicador que, frente ao tipo de operação praticada, pode apresentar alguma volatilidade relevante, refletindo impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil avaliado na data base do teste. Os demais parâmetros referentes a taxas de juros, índices de conversibilidade, inflação e demais, considerando as características dos produtos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Desta forma, entendeu-se prudente aplicar um agravo de 20% na rubrica contábil de sinistros ocorridos e da constituição da provisão IBNR e 5% nas despesas administrativas verificadas no exercício de 2025, com vistas a analisar-se os respectivos impactos advindos deste cenário, resultando nos seguintes reflexos contábeis, líquidos dos efeitos tributários, no resultado e no patrimônio líquido:

Valores expressos em milhares de Reais

Premissas do teste de sensibilidade	Reflexo no Resultado		Reflexo no PL	
	Normal	Agravado	Normal	Agravado
Agravamento de 20% nos Sinistros Ocorridos mais Provisão IBNR e 5% nas Despesas Administrativas	965	770	13.164	12.969

Como conclusão do teste de sensibilidade, o impacto estimado sobre o Resultado e o PL, seria absorvido pela Seguradora, uma vez que permaneceria com suficiência de PLA em relação ao CMR.

3.13 Desenvolvimentos Sinistros

Comportamento da provisão de sinistros a liquidar

No exercício de 2025 foram avisados 109 sinistros, todos ocorridos no próprio exercício, sendo que a Seguradora apresentou o seguinte desenvolvimento de sinistros:

BRUTO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais						
Incorrido (+) IBNR (+) PDR	antes de 2022	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	TOTAL
- Até a data-base [a]	0,00	0,00	142.680,93	1.238.168,80	1.464.509,96	
- Um ano mais tarde	0,00	0,00	0,00	67.000,00		
Posição em 31/12/2025	0,00	0,00	0,00	67.000,00	1.464.509,96	
Pago Acumulado			dez/2023	dez/2024	dez/2025	
- Até a data-base [a]	0,00	0,00	0,00	-42.000,00	-66.988,50	
- Um ano mais tarde	0,00	0,00	0,00	-56.000,00		
Posição em 31/12/2025	0,00	0,00	0,00	-56.000,00	-66.988,50	
Atualização monetária e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisão de sinistros em 31/12/2025	0,00	0,00	0,00	11.000,00	1.397.521,46	1.408.521,46
Sobra/Falta acumulada (R\$)	0,00	0,00	142.680,93	1.171.168,80		
Sobra/Falta acumulada (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%		

4. Gerenciamento de riscos: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1 Gerenciamento de risco de créditos: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2 Gerenciamento de risco de liquidez: A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos.

4.3 Gerenciamento de mercado: O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). Em 31/12/2025 não havia saldos em contas de instrumentos financeiros no Balanço da Seguradora.

4.4 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a seguradora não registrou perdas.

4.5 Gestão de risco de capital: As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 14.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa Bancos e Equivalentes de Caixa	68	1.534
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>68</u>	<u>1.534</u>

6. Aplicações

	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2025
Disponíveis para venda						
CDB PROG	-	80	(82)	2	-	-
CDB	5.596	21.040	(26.997)	361	-	-
LFT	-	17.481	-	1.275	-	18.756
Fundos de Invest. – RF (1)	5.146	26.117	(27.310)	1.475	-	5.428
Fundos de Invest. – RF (2)	273	-	-	39	-	312
Total	<u>11.015</u>	<u>4.199</u>	<u>(5.101)</u>	<u>1.237</u>	<u>-</u>	<u>24.496</u>

7. Créditos das operações com seguros

7.1 Prêmios a receber

31/12/2025

Ramos	Prêmios a Receber (RVE) de Representantes	Prêmios a Receber (RVNE)	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
0929 – Funeral	-	-	-	30 dias
0982 – Acidentes Pessoais	120	1.771	1.891	30 dias
0993 – Vida	1.722	821	2.543	30 dias
Total Geral	1.842	2.592	4.434	

31/12/2024

Ramos	Prêmios a Receber (RVE) de Representantes	Prêmios a Receber (RVNE)	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
0929 – Funeral	-	5	5	30 dias
0982 – Acidentes Pessoais	334	181	515	30 dias
0993 – Vida	-	246	246	30 dias
Total Geral	334	432	766	

7.2 Movimentação dos Saldos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	766
(+) Prêmios emitidos	72.398
(+) Prêmios RVNE	2.160
(-) Prêmios cancelados	(3.203)
(+) IOF	(281)
(-) Recebimento	(67.406)

Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.434
--	--------------

Saldo em 31 de dezembro de 2023	76
(+) Prêmios emitidos	12.675
(+) Prêmios RVNE	322
(-) Prêmios cancelados	(158)
(+) IOF	(40)
(-) Recebimento	(12.109)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	766
--	------------

7.3 Aging dos Prêmios Pendentes

	31/12/2025
	Vencidos
Até um ano	
Até 30 Dias	1.842
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	-
RVNE	2.591
Total de Prêmios e Emolumentos	4.433

	31/12/2024
	Vencidos
Até um ano	
Até 30 Dias	334
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	-
RVNE	432
Total de Prêmios e Emolumentos	766

8. Títulos e Créditos a Receber

	2025	2024
Antecipação de IRPJ	1.187	580
Antecipação de CSLL	708	334
Total	1.895	914

9. Custos de Aquisição Diferidos (comissões)

Ramo	31/12/2025
0982 – Acidentes Pessoais	13.022
Total Geral	13.022

Total CP **13.022**

Ramo	31/12/2024
0982 – Acidentes Pessoais	793
Total Geral	793

Total CP **793**

10. Imobilizado

Imobilizado

Descrição	Saldo residual		Despesa		Saldo residual
	31/12/2024	Aquisições	Amortização	31/12/2025	
Imobilizado	3	2.779	(1)	2.781	
Total	3	2.779	(1)	2.781	

11. Contas a Pagar

11.a. Contas a Pagar

	Até um ano	31/12/2025
Obrigações a Pagar		54
Outros Contas a Pagar		256
Total de obrigações a pagar curto prazo		310

Até um ano	31/12/2024
Obrigações a Pagar	6
Outros Contas a Pagar	41
Total de obrigações a pagar curto prazo	47

11.b. Impostos e Contribuições

Até um ano	31/12/2025
IR Retido de terceiros	62
Imposto sobre operações e serviços (IOF)	12
Outros impostos e contribuições	16
COFINS a Recolher	260
PIS a Recolher	42
Total de Impostos e Contribuições	392

Até um ano	31/12/2024
IR Retido de terceiros	47
Imposto sobre operações e serviços (IOF)	3
Outros impostos e contribuições	8
COFINS a Recolher	57
PIS a Recolher	10
Total de Impostos e Contribuições	125

12. Débitos com operações de Seguros

Até um ano	31/12/2025
Comissões a Pagar	98

Total	-	98
--------------	---	----

Até um ano

31/12/2024

Comissões a Pagar	-	46
-------------------	---	----

Total	-	46
--------------	---	----

13. Prêmios e Emolumentos Recebidos

Até um ano

31/12/2025

Até 30 Dias		1.231
-------------	--	-------

Total de Prêmios e Emolumentos		1.231
---------------------------------------	--	--------------

Até um ano

31/12/2024

Até 30 Dias		-
-------------	--	---

Total de Prêmios e Emolumentos		-
---------------------------------------	--	----------

14. Provisões Técnicas

Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
0929 – Funeral	-	-	32	-	2
0982 – Acidentes Pessoais	26.955	1.770	5	799	9
0993 - Vida em Grupo	-	821	95	471	5
Total Geral	26.955	2.591	132	1.270	16
Total das Provisões Técnicas Circulante	30.964				

Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
0929 – Funeral	-	5	4	5	-
0982 – Acidentes Pessoais	4.037	181	10	701	1
0993 - Vida em Grupo	-	246	30	444	1
Total Geral	4.037	432	44	1.150	2
Total das Provisões Técnicas Circulante	5.665				

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações	1.578	1.167
Base de cálculo após compensações / adições / exclusões	1.810	1.167
Prejuízo Fiscal	(197)	(581)
Base de cálculo após compensações prejuízo fiscal	1.613	817
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto nominal	645	326
Total nominal	<u>645</u>	<u>326</u>
Despesa/Receita efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>613</u>	<u>311</u>
% Taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	38,02%	38,07%

16. Arrendamento Mercantil (CPC 06 – R2): Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou, em dezembro de 2025, a renovação de seu contrato de locação, passando a reconhecer o referido contrato como arrendamento, em conformidade com as disposições do pronunciamento contábil vigente.

Em decorrência dessa renovação, foi reconhecido no balanço patrimonial um ativo de direito de uso, registrado no Ativo Não Circulante, e o correspondente passivo de arrendamento, segregado entre circulante e não circulante. As principais premissas e valores relacionados ao contrato são:

- Valor nominal do aluguel mensal: R\$ 17.000,00
- Valor médio mensal de amortização do passivo: R\$ 10.332,41
- Taxa de juros mensal aplicada: 10%
- Prazo do contrato 60 meses

Pagamento	Juros	Amortização	Saldo Passivo Total	Passivo CP	Passivo LP	Depreciação Ativo
1.020	226	794	800	160	640	800

17. Patrimônio líquido: a) *Capital social* O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 9.500 e está

representado por 9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. Em 25 de novembro de 2025, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 2.684, o qual se encontra em processo de aprovação.

b) Reservas de Lucros: A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, quando aplicável. O resíduo será distribuído aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações detidas, sendo o dividendo mínimo estabelecido em 1% (um por cento) do resíduo do lucro líquido da Companhia. A reserva estatutária é constituída nos termos do Estatuto Social, o montante do lucro, após a constituição da Reserva Legal, não destinado à distribuição aos acionistas.

c) Lucros / Prejuízos Acumulados: Em 31/12/2023 a companhia apresentou um prejuízo de R\$ 581. No exercício de 31/12/2024 a companhia apresentou lucro de R\$ 857. E em 31/12/2025 a companhia apresentou um lucro de R\$ 965.

d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 648/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último;

i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2025 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	13.210	9.541
PLA Nível 1	13.165	9.541
PLA Nível 2	45	-
PLA Nível 3	-	-
Ajustes de qualidade CMR (PLA nível 2 e 3)	-	-
Capital base (I)	8.100	8.100
Capital de Risco de subscrição	11.193	1.662
Capital de Risco de crédito	464	464

Capital de Risco Operacional	206	44
Capital de Risco de Mercado	29	1156
Benefício da Diversificação	(246)	(769)
Capital de Risco – CR (II)	11.646	2.557
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	11.646	8.100
Suficiência de de PLA	1.564	1.441
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	113 %	118 %
Cobertura do Patrimônio (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	0%	0%
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%	0%
Provisões Técnicas	30.964	5.665
Direitos Creditórios	-	-
Custos de Aquisição Diferidos Redutores	13.022	747
Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas	17.942	4.918
Ativos Garantidores Líquidos	24.495	5.419
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas	6.553	501
Taxa de Cobertura	137%	110%

18. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
a) Prêmios emitidos	71.355	12.997
Prêmios emitidos	72.398	12.675
Prêmios RVNE	2.160	322
Prêmios Cancelados	(3.203)	-
b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos	(25.078)	(3.724)
Provisão de Prêmios Não Ganhos - RVE	(22.918)	(3.331)
Provisão de Prêmios Não Ganhos - RVE	(2.160)	(393)
c) Sinistros ocorridos diretos	(293)	(1.095)
Indenizações avisadas	(169)	-
Despesas com Sinistros	(4)	-
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR)	(120)	(1.095)
d) Custos de aquisição	(37.815)	(5.366)
Comissões sobre prêmios emitidos	(50.044)	(6.155)
Variação do Custo de Aquisição diferido	12.229	789

e) Outras receitas e despesas operacionais	(1.997)	(101)
Outras despesas operacionais	(1.997)	(101)
Outras Despesas Operacionais	(1.773)	(101)
Outras Despesas Operacionais – Capitalização SPDA	(224)	-
f) Despesas administrativas	(5.218)	(2.066)
Pessoal Próprio	(441)	(99)
Serviços de terceiros	(1.790)	(1.451)
Localização e funcionamento	(1.307)	(470)
Publicidade	(1.567)	(46)
Outras Despesas	(113)	-
g) Despesas com tributos	(2.716)	(714)
COFINS	(1.979)	(413)
PIS	(321)	(67)
Taxa de fiscalização	(410)	(234)
Outras Taxas	(6)	-
h) Resultado financeiro		
Receitas financeiras	3.340	1.237
Receitas com títulos de renda fixa	3.350	1.237
Despesas financeiras	(10)	-
Outras despesas financeiras	(10)	-
i) Impostos sobre o Resultado	(613)	(311)
Imposto de Renda	(371)	(180)
Contribuição Social	(242)	(131)
Lucro líquido do exercício	965	857

19. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas:

Não houve pagamento de remuneração aos Diretores no exercício de 2025. Partes relacionadas podem ser definidas, de um modo amplo, como aquelas entidades, físicas ou jurídicas, com as quais uma Companhia tenha possibilidade de contratar, no sentido lato deste termo, em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência. No exercício de 2025 não houve operações com partes relacionadas.

DIRETORIA EXECUTIVA
ROBERTO ARDUINI GOMES TEIXEIRA
ANDERSON DE OLIVEIRA REIS

CONTADOR RESPONSÁVEL
FÁBIO ROBERTO PEREIRA – CRC-
1SP239076-O/0
SARAH ANDRADE – CRC-MG-
127940/O-8

ATUÁRIO RESPONSÁVEL
ROBERTO CARLOS PEREIRA DO LAGO
– MIBA835



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

ANO-BASE: 2025

AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA VOCÊ SEGURADORA S/A

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da VOCÊ SEGURADORA S/A, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Supervisionada, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da VOCÊ SEGURADORA S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada



por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da VOCÊ SEGURADORA S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da VOCÊ SEGURADORA S/A em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

RICARDO CESAR
PESSOA:09672030
827

Assinado de forma digital por
RICARDO CESAR
PESSOA:09672030827
Dados: 2026.02.27 21:46:09
-03'00'

Ricardo César Pessoa

Sócio Atuário

MIBA 1076 (Certificado)

FOCO ATUARIAL SERVIÇOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.

CNPJ 30.177.440/0001-80

CIBA 158